

**PEI - PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO: UM GUIA PRÁTICO E LEGAL PARA EDUCADORES DA REDE REGULAR DE ENSINO****PEI - INDIVIDUALIZED EDUCATION PLAN: A PRACTICAL AND LEGAL GUIDE FOR MAINSTREAM EDUCATORS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.002-017>

**Fernanda de Lima**

Pós-graduada em atendimento educacional especializado- Uninter  
E-mail: nandynhalima1@gmail.com

**Doglas Rodrigues da Silva**

Pós-graduação em AEE - Faculdade Serra Geral  
E-mail: Doglasr19@gmail.com

**Lucilene Rabelo Dallaio**

Pós-graduação em AEE- Sao Luis  
E-mail: lucilene.dallaio@gmail.com

**Fátima Rosangela Prettz Camara Canto**

Pós-graduação em gestão escolar- supervisão e orientação (Mauá)  
E-mail: fatima-prettz@hotmail.com

**Simone Miquelli Garcia**

Pós em Educação Especial Inclusiva - Faculdade São Braz  
E-mail: smiquellig16@gmail.com

**Vanessa dos Santos Riella**

Pós-graduação em educação especial e Inclusiva  
E-mail: vanessariella@hotmail.com

**Mariana Lima Gomes**

Educação física- licenciatura plena  
E-mail: marianalgomes7@gmail.com

**Daniela Pereira Brum**

Pós-graduação em AEE  
Cursando Neuropsicopedagogia  
E-mail: danyelab@hotmail.com

**Suelen Barbo Calixto da Silva**

Licenciatura em Pedagogia  
E-mail: suelencalixto15@gmail.com

**Jane Sasso Pereira da Costa**

Pós-graduada em Ensino Lúdico, na área de Educação (CBM)  
E-mail: janec9670@gmail.com



**Suellen Soterio Ferreira**

Pedagogia - Unopar

E-mail: suellensoterio530@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo propõe uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico fundamental para a valorização das habilidades e necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A partir de práticas vivenciadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), destaca-se o PEI não apenas como uma exigência legal, mas como uma ferramenta viva, construída por meio da escuta sensível, do acompanhamento sistemático e da valorização das conquistas individuais de cada estudante.

O texto discute o PEI como elemento essencial no planejamento pedagógico inclusivo, respondendo a questões-chave: qual é sua real importância? Para quem ele deve ser construído? Como elaborá-lo de forma eficaz? E de que maneira sua aplicação se concretiza no cotidiano escolar? A proposta é oferecer não apenas os fundamentos legais e teóricos do PEI, mas também orientações práticas e modelos de apoio que fortaleçam a atuação dos professores da sala comum, promovendo uma rede colaborativa entre o AEE e o ensino regular.

**Palavras-chave:** Plano de Ensino Individualizado; Educação Especial; AEE; Práticas Pedagógicas; Inclusão.

## **ABSTRACT**

This article proposes a reflection on the preparation and application of the Individualized Education Plan (IEP) as a fundamental pedagogical tool for valuing the abilities and needs of students who are the target of Special Education. Based on practices experienced in Specialized Educational Assistance (AEE), the IEP is highlighted not just as a legal requirement, but as a living tool, built through sensitive listening, systematic monitoring and valuing the individual achievements of each student.

The text discusses the IEP as an essential element in inclusive pedagogical planning, answering key questions: what is its real importance? Who should it be designed for? How can it be drawn up effectively? And how can it be applied in everyday school life? The proposal is to offer not only the legal and theoretical foundations of the IEP, but also practical guidelines and support models to strengthen the work of ordinary classroom teachers, promoting a collaborative network between the ESA and mainstream education.

**Keywords:** Individualized Teaching Plan; Special Education; AEE; Pedagogical Practices; Inclusion.



## 1 INTRODUÇÃO

Mais do que um documento técnico, o PEI representa um compromisso ético e pedagógico com o desenvolvimento integral do estudante, respeitando suas potencialidades, ritmos e modos próprios de aprender. No entanto, sua elaboração ainda enfrenta desafios nas práticas escolares, especialmente quando se reduz a um preenchimento burocrático, desconectado da vivência com o aluno.

Incluir não é apenas permitir que todos frequentem o mesmo espaço escolar, mas garantir que cada estudante tenha condições reais de aprender, participar e se desenvolver de maneira significativa. Neste contexto, o Plano de Ensino Individualizado (PEI) se apresenta como um instrumento essencial no cotidiano da Educação Especial, especialmente para os estudantes que demandam atendimentos, estratégias e recursos pedagógicos específicos.

Muito além de um documento exigido por políticas públicas, o PEI representa um compromisso ético, pedagógico e institucional com o direito à educação de qualidade para todos. Ele propõe um olhar singular sobre o processo de ensino-aprendizagem, respeitando os tempos, modos de aprender e trajetórias individuais dos alunos do público-alvo da Educação Especial.

Ao longo deste capítulo, serão discutidos os fundamentos legais e pedagógicos que sustentam o PEI, suas etapas de elaboração, a importância da escuta ativa e da colaboração entre profissionais da escola, além de exemplos práticos que ilustram seu uso no dia a dia escolar. A proposta é apresentar o PEI como um documento vivo, que ganha sentido na medida em que está alinhado à realidade do estudante e ao trabalho coletivo de toda a equipe escolar.

Mais do que técnicas, o que se busca aqui é fortalecer uma concepção de educação que valoriza a diversidade como princípio e entende o planejamento individualizado como uma estratégia concreta para promover equidade e inclusão educacional.

### 1.1 O QUE É O PEI E POR QUE É IMPORTANTE?

O Plano de Ensino Individualizado é respaldado por diversos marcos legais que sustentam a Educação Especial na perspectiva inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 59, assegura a oferta de currículos, métodos e recursos adequados às necessidades dos alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a necessidade de planejamentos individualizados como garantia de equidade educacional.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, por sua vez, define diretrizes para o AEE e recomenda que o PEI seja construído de forma articulada entre os profissionais da escola, funcionando como instrumento de garantia de acesso, permanência e participação no ambiente escolar comum.



O PEI é, portanto, um documento pedagógico que orienta o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes da Educação Especial com base em suas necessidades específicas. Deve promover a participação no currículo comum, respeitando direitos e favorecendo a aprendizagem significativa.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

"A organização do trabalho pedagógico nas escolas comuns deve contemplar estratégias educacionais individualizadas e recursos de acessibilidade que garantam a plena participação dos alunos público-alvo da educação especial no processo de ensino e aprendizagem." (BRASIL, 2008, p. 13)

Na prática, o PEI funciona como um guia pedagógico que responde a três perguntas centrais:

- *O que este aluno pode aprender?*
- *Como ele aprende melhor?*
- *Quais recursos são necessários para garantir seu acesso e desenvolvimento?*

### 1.1.1 Exemplo prático

Um aluno com Transtorno do Espectro Autista que apresenta seletividade alimentar e dificuldade de transição entre ambientes pode ter no PEI orientações como: permitir a entrada antecipada no refeitório, oferecer cardápio adaptado com apoio da família e realizar antecipações visuais das trocas de ambiente.

Além disso, o Decreto nº 7.611/2011 estabelece que o AEE deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar à escolarização regular, preferencialmente na própria escola. Nesse cenário, o PEI emerge como ferramenta central para o planejamento, acompanhamento e replanejamento do processo educativo de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Segundo Mantoan (2006), o processo de inclusão demanda que os sistemas educacionais se organizem para acolher as singularidades. O PEI, nesse contexto, registra e orienta práticas pedagógicas que dialogam com os interesses, necessidades e possibilidades reais de cada estudante.

### 1.2 PARA QUEM É O PEI?

O PEI é elaborado para os estudantes que compõem o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), definidos legalmente como:

- Alunos com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla;
- Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (atualmente classificados sob o Transtorno do Espectro Autista e Deficiência Intelectual);
- Alunos com Altas Habilidades/Superdotação.



O documento deve ser construído de forma colaborativa, envolvendo o professor do AEE, os professores da sala comum e, sempre que possível, a família e demais profissionais da equipe escolar.

Mesmo frequentando o ensino regular, esses estudantes demandam estratégias e recursos pedagógicos diferenciados. O PEI visa oferecer uma resposta educacional eficaz às suas necessidades específicas de aprendizagem, comportamento, socialização e comunicação. Para isso, deve conter objetivos claros, estratégias didáticas individualizadas, recursos específicos e formas de avaliação adaptadas.

A construção do PEI deve envolver toda a equipe pedagógica: gestão, coordenação, orientação, professores regulares, AEE, família e, se necessário, profissionais como psicólogos, terapeutas e assistentes sociais. É essencial também que todos os funcionários da escola (merendeiras, inspetores, porteiros) tenham conhecimento das adaptações previstas, pois lidam com questões sensíveis no cotidiano, como crises comportamentais ou restrições alimentares.

Ótimo! Abaixo segue a continuação da revisão do seu texto, mantendo a estrutura, densidade e estilo original, com ajustes pontuais de coesão, clareza e repetição desnecessária.

### 1.3 O PEI COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA: DO PLANEJAMENTO À ESCUTA

A construção de um PEI efetivo começa pela escuta atenta do estudante. Mais do que levantar dificuldades, trata-se de observar o que já funciona, quais são as preferências do aluno, seus modos de comunicar, aprender e se expressar.

É nesse processo que o educador descobre, por exemplo, que um aluno com baixa atenção se engaja melhor com atividades de pintura guiada por legenda, ou que outro avança na leitura apenas quando o texto parte de algo pessoal e concreto. O PEI nasce desses detalhes — e não apenas de diagnósticos clínicos ou classificações genéricas.

Planejar individualmente não é isolar o estudante, mas incluí-lo com respeito às suas singularidades. No AEE, cada atendimento é uma oportunidade de conhecer o aluno para além da ficha escolar. Assim, o PEI deixa de ser um formulário burocrático e se torna um registro vivo da prática pedagógica.

A inclusão escolar, quando compreendida em sua essência, exige que educadores se posicionem com intencionalidade pedagógica, sensibilidade humana e compromisso social. Nesse sentido, é importante lembrar que:

“A inclusão, em sua concepção mais ampla, está diretamente relacionada com a valorização das diferenças humanas. Incluir é reconhecer que todos os alunos têm o direito de aprender e participar, independentemente de suas características, ritmos, estilos de aprendizagem ou condição de deficiência. Essa é uma perspectiva que transforma o olhar pedagógico e a cultura institucional da escola.”

(Mantoan, 2003, p. 25)



## 1.4 ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO PEI

Um PEI bem elaborado deve conter os seguintes elementos:

- **Objetivo geral:** amplo, alinhado à etapa escolar e ao desenvolvimento global do estudante;
- **Objetivos específicos:** claros, mensuráveis, centrados em habilidades que se pretende desenvolver;
- **Estratégias pedagógicas:** metodologias, recursos, tempo e formas de mediação intencionalmente planejados;
- **Avaliação processual:** formas contínuas e diversificadas de acompanhar os avanços, tanto qualitativos quanto quantitativos;
- **Encaminhamentos e articulações:** ações em parceria com a família, professores da sala comum e equipe de apoio.

Importante destacar que o PEI não substitui o currículo, mas o aproxima da realidade do estudante. Ele é um instrumento flexível, revisável e centrado na trajetória individual. Sua aprendizagem é acompanhada de forma contínua, com ajustes sempre que necessário.

### MODELO PADRÃO DE PEI – EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Identificação do Aluno	
<b>Turma/Ano</b>	(Ex.: 3º ano – Ensino Fundamental)
<b>Idade</b>	(Ex.: 8 anos)
<b>Data de Nascimento</b>	(DD/MM/AAAA)
<b>Tipo de Atendimento</b>	(Ex.: AEE – Atendimento Educacional Especializado)
<b>Turno</b>	(Ex.: Matutino)
<b>Responsáveis</b>	(Nome dos responsáveis legais)

2. Caracterização do Estudante
Diagnóstico clínico (quando houver): (Ex.: TDAH, Deficiência Intelectual leve)
<b>Descrição funcional do aluno:</b> Aqui se descreve como o aluno se apresenta no cotidiano escolar, suas habilidades, necessidades de apoio, interações, autonomia, e comunicação. (Ex.: Demonstra boa compreensão oral, participa quando incentivado, necessita apoio nas atividades de leitura e escrita. Apresenta seletividade alimentar e sensibilidade a sons altos.)

3. Habilidades e Potencialidades
Apontar competências que o aluno já possui ou áreas em que demonstra facilidade. (Ex.: Apresenta coordenação motora fina adequada, é criativo em atividades artísticas, reconhece letras e números até 20.)



#### **4. Necessidades Educacionais Específicas**

Descrever quais barreiras o aluno enfrenta para participar das atividades escolares. (Ex.: Dificuldade de concentração, baixa resistência à frustração, não reconhece todos os fonemas, evita interações físicas.)

#### **5. Objetivos Gerais**

Apontar metas amplas de aprendizagem e desenvolvimento. (Ex.: Promover avanços na alfabetização e estimular habilidades socioemocionais e de autonomia.)

#### **6. Objetivos Específicos**

Metas concretas, mensuráveis e de curto prazo. (Ex.: Identificar as letras do alfabeto até o final do trimestre; resolver problemas matemáticos simples com apoio visual.)

#### **7. Estratégias Pedagógicas e Recursos**

Descrever como o ensino será adaptado, incluindo recursos físicos, tecnológicos e humanos. (Ex.: Uso de imagens ampliadas, quebra de atividades em etapas, tempo extra para realização de tarefas, apoio visual com pictogramas, meditação guiada para acalmar.)

#### **8. Currículo e Avaliação Adaptada**

Explicar quais conteúdos serão priorizados, quais serão adaptados e como será a avaliação do progresso. (Ex.: Avaliação oral com apoio visual, atividades escritas simplificadas, registros fotográficos, portfólios e autoavaliação com apoio da professora.)

#### **9. Ambiente Escolar**

Sugerir adaptações do espaço físico, rotina, comunicação entre equipe, etc. (Ex.: Carteira próxima ao quadro para reduzir distrações, uso de fones abafadores, comunicação com merendeira sobre alimentação diferenciada.)

#### **10. Apoio da Família**

Breve descrição da participação da família no processo educacional. (Ex.: Família comparece às reuniões, acompanha as tarefas em casa e informa com frequência sobre o comportamento fora da escola.)

#### **11. Avaliação e Replanejamento**

Campo para anotar resultados observados, ajustes feitos no PEI e novas metas após determinado período. (Ex.: Após 2 meses, o aluno passou a reconhecer números até 30; será iniciada a introdução de problemas com soma simples.)



<b>12. Assinaturas</b>
Coordenação Pedagógica:
Professor(a) regente:
Professor(a) de AEE:
Direção:
Responsável legal:

## 2 O PAPEL DO PROFESSOR DA SALA REGULAR

O professor da sala comum é co-responsável pela implementação do PEI. Seu envolvimento é fundamental para:

- Identificar e relatar as barreiras que o estudante encontra na rotina escolar;
- Adequar atividades, recursos e formas de avaliação, com suporte do AEE;
- Valorizar os avanços do aluno, mesmo que sutis ou não padronizados;
- Garantir sua participação em todas as propostas pedagógicas da turma.

A relação entre o professor da sala comum e o professor do AEE deve ser colaborativa, contínua e horizontal, sustentada por diálogo, confiança e troca de saberes. A construção conjunta do PEI fortalece a prática pedagógica e garante maior eficácia no processo de inclusão.

### 2.1 QUEM ELABORA O PEI? UM DOCUMENTO COLETIVO E INSTITUCIONAL

Diferente do que muitas vezes se supõe, o PEI não é responsabilidade exclusiva do professor do AEE. Ele é um documento institucional e deve ser elaborado de forma colaborativa e interdisciplinar, envolvendo diferentes membros da comunidade escolar:

- **Equipe gestora (direção, coordenação pedagógica, orientação educacional):** inicia o processo, organiza reuniões, articula os setores e valida o documento final;
- **Professores da sala regular:** trazem observações sobre o desempenho do aluno, suas dificuldades e estratégias já utilizadas;
- **Professor do AEE:** realiza avaliação pedagógica especializada, propõe adaptações e acompanha o cumprimento dos objetivos;
- **Demais profissionais da escola** (inspetores, merendeiras, porteiros, estagiários): devem ser orientados sobre aspectos importantes do PEI, especialmente em situações de crise, fuga, restrição alimentar, entre outros, garantindo segurança, empatia e acolhimento em todos os espaços da escola.



"É dever do Estado, da escola e da comunidade escolar assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, eliminando barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais."  
— *Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), art. 28*

## 2.2 COMO SE DÁ O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PEI?

A seguir, uma proposta de etapas práticas para a construção do PEI:

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>
<b>Diagnóstico inicial</b>	Levantamento de dados: histórico escolar, avaliações, observações e escuta
<b>Definição de objetivos</b>	Estabelecimento de metas claras, viáveis e coerentes com o desenvolvimento
<b>Planejamento das estratégias</b>	Seleção de metodologias, recursos, ambientes e suportes específicos
<b>Elaboração das adaptações</b>	Curriculares, metodológicas, comunicacionais e avaliativas
<b>Avaliação contínua</b>	Acompanhamento regular dos avanços e revisão do PEI conforme necessário

Boas práticas na elaboração e aplicação do PEI

A qualidade do PEI está diretamente relacionada à forma como é construído, acompanhado e aplicado no cotidiano escolar. A seguir, destacam-se algumas boas práticas que fortalecem sua efetividade:

- Valorizar a escuta ativa: conhecer o estudante a partir de seus interesses, repertórios e modos de expressão. O PEI começa na escuta, não no diagnóstico.
- Registrar continuamente: anotações frequentes sobre avanços, dificuldades e estratégias que funcionam ajudam a manter o PEI vivo e coerente com a realidade do aluno.
- Planejar de forma colaborativa: o envolvimento da equipe escolar e da família amplia a compreensão sobre o estudante e favorece intervenções mais eficazes.
- Focar em habilidades, não só em déficits: o PEI deve promover desenvolvimento a partir do que o aluno já sabe e pode fazer, valorizando seus pontos fortes.
- Evitar modelos prontos: embora referências sejam úteis, cada PEI precisa ser único, alinhado à trajetória e ao contexto daquele estudante específico.
- Revisar com regularidade: o PEI não é um documento fixo. Deve ser ajustado periodicamente com base nas observações e nos progressos do estudante.
- Registrar de forma clara e objetiva: o PEI deve ser compreensível para todos os envolvidos, sem linguagem excessivamente técnica ou ambígua.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) não é apenas um instrumento burocrático exigido por legislações educacionais. Ele é, antes de tudo, uma expressão do compromisso da escola com a equidade e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Quando bem elaborado e aplicado, o PEI se torna um mapa de possibilidades, guiando práticas pedagógicas que respeitam as singularidades, potencializam habilidades e promovem a participação ativa dos alunos público-alvo da Educação Especial no cotidiano escolar.

Adotar o PEI como prática ética, pedagógica e coletiva significa romper com visões padronizadas de ensino e assumir que a inclusão só é real quando cada estudante é considerado em sua totalidade — com seus tempos, histórias, modos de ser e aprender.

É papel de cada educador e de cada instituição de ensino construir uma cultura escolar inclusiva, onde o PEI seja compreendido não como um desafio solitário, mas como uma ferramenta de apoio mútuo, responsabilidade e respeito à diversidade.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.